

SINDIPETRO-LP PARTICIPA DE **ATO NACIONAL UNIFICADO** EM DEFESA DA PETROS E DOS PARTICIPANTES NO RIO DE JANEIRO

No terceiro grande ato em defesa dos participantes da Petros, realizado no dia 24 de janeiro, em frente ao Edifício Senado (Edisen), no Rio de Janeiro, os petroleiros e petroleiras da ativa, aposentados e pensionistas do Litoral Paulista, se uniram a outras centenas de pessoas, de toda parte do país, para cobrar da Petrobrás que pague sua dívida bilionária com o fundo de previdência da categoria. O Sindipetro-LP juntamente com os sindicatos petroleiros de todo país participou, mais uma vez, do Ato Nacional Uni-

ficado em Defesa da Petros e dos Participantes.

Os petroleiros cobram do presidente da Petrobrás, Jean Paul Prates, escolhido pelo presidente Lula para o comando da empresa, o compromisso assumido por ambos de valorização dos trabalhadores petroleiros, principal ativo da companhia, e o pagamento da dívida com a Petros faz parte desse compromisso.

O ato em defesa dos participantes da Petros mostra a força de mobilização da categoria.

Seguimos em luta!



REUNIÃO MENSAL DO DAP EXPLICARÁ A **NOVA RESOLUÇÃO 59** E COMEMORARÁ OS ANIVERSARIANTES DO MÊS DE JANEIRO

Como acontece todo mês, a reunião mensal do Departamento de Aposentados e Pensionistas (DAP) será realizada na última quarta-feira do mês, no dia 31 de janeiro, na sede e por vídeo conferência na subsede. Em ambos os locais, a reunião do DAP acontece das 14h30 às 16h e após o evento, comemoramos com bolo e salgadinho os aniversariantes do mês de janeiro.

Durante a reunião, que terá a participação do advogado Dr. Marcus Coelho, do jurídico do Sindipetro-LP, trataremos de assuntos como AMS, Petros e responderemos a dúvidas dos participantes.

Além disso, o Dr. Marcus falará sobre a Resolução 59, que foi aprovada em dezembro de 2023 pelo Conselho Nacional de Pre-

vidência Complementar (CNPc), e substituiu a resolução 53, que regulamentava a retirada de patrocínio em planos de previdência complementar desde 2022. A resolução 59, dentre outras coisas, introduz mudanças nas regras de retirada de patrocínio em planos de previdência complementar, destacando a criação de um Plano Instituído de Preservação da Proteção Previdenciária e um Fundo Previdenciário de Proteção de Longevidade, além de proibir o patrocinador de se apropriar de recursos durante o processo de retirada.

A notícia da nova resolução causou muita preocupação e discussões nas redes sociais e grupos de petroleiros da ativa e aposentados. Porém, escritórios de advocacia

que não representam nenhuma entidade sindical representante dos petroleiros estão tentando se promover com a notícia, causando desinformação e apreensão entre a categoria.

De pronto, podemos afirmar que não houve nenhuma manifestação por parte da Petrobrás de retirada de patrocínio até o momento. No entanto, cabe o debate sobre o tema e principalmente, manter a categoria mobilizada e informada sobre as questões em torno da Petrobrás, Petros e AMS é primordial para futuros enfrentamentos, que certamente teremos que fazer.

Para quem não puder participar presencialmente no sindicato, poderá acompanhar a reunião acessando: <https://shre.ink/1Hhj>

FNP SE REÚNE COM A SEST, QUE SINALIZA DERRUBADA DA CGPAR 42 E 49: VOLTA DA AMS 70/30 PODERÁ SER POSSÍVEL

No dia 20 de dezembro, a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), representada pela diretora Natália Russo, participou de uma reunião virtual com a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) para tratar sobre as novas diretrizes que norteiam as relações entre as companhias públicas e os sindicatos.

“Essa foi a primeira reunião de um calendário construído com as entidades representantes de trabalhadores de estatais. Isso é fruto do nosso ato vitorioso em Brasília (realizado no final de novembro). O informe é que de fato as resoluções da CGPAR (42 e 49) estão com dias contados e no lugar entrarão novos parâmetros negociados com os sindicatos. E será realizada uma consulta em janeiro de 2024”, relatou Natália.

De acordo com a dirigente sindical, no encontro remoto houve um compromisso reforçado pela representante da SEST de que os parâmetros de negociação entre as empresas e os sindicatos devem ser mais flexíveis, dando maior liberdade para a negociação entre a empresa e sindicato.

“Logicamente, a expectativa é de que isso abra o espaço necessário para a conquista do custeio 70 X 30 da AMS. Precisamos seguir atentos e mobilizados, acreditando sempre na nossa união e na força do coletivo. É isso que vai garantir a nossa vitória definitiva”, avaliou a diretora.

Comissão Tripartite

No dia seguinte, (21/12), a FNP – representada pelo secretário-geral Adaedson Costa e pelo



Foto: Sindipetro-NF

diretor Vinicius Camargo – e a FUP se reuniram novamente com a SEST e também com representantes da Petrobras, no primeiro encontro da Comissão Tripartite que vai tratar do custeio da AMS e de outras questões relativas à estatal, conforme compromisso do Acordo Coletivo de Trabalho 2023-2025.

Assim como aconteceu na reunião do dia anterior, a SEST se comprometeu em reavaliar e alterar resolução 42 da CGPAR, partindo do princípio em diferenciar as empresas estatais que não dependem financeiramente do governo daquelas que dependem, além das demais flexibilidades para negociação entre os sindicatos e a companhia.

“Sabemos da arbitrariedade que significou a resolução 23 e significa a resolução 42. A intervenção na negociação coletiva desconsiderou o histórico do benefício saúde em cada ente

do governo federal, seja no tratamento dos servidores públicos federais, dos trabalhadores de estatais e agências de fomento. Houve uma quebra do padrão do pacote remuneratório e de forma mais gravosa contra os aposentados e pensionistas e, na Petrobrás, devido ao modelo de plano e tabela reajustada, pior ainda, contra aqueles de menores aposentadorias e pensões”, criticou Vinicius Camargo, diretor da FNP.

“Um contrassenso total frente à magnitude das entregas da Petrobrás (lucros no patamar dos R\$ 120 bilhões mais impostos, contribuições, royalties e participações na casa dos R\$ 230 bilhões) ao país frente a um custo de R\$ R\$ 0,4 bilhões. Uma proporção de 0,1% que, para muitos trabalhadores, significou escolher comer e morar, mas ficar sem a proteção do plano de saúde para o qual contribuiu a vida

toda sob um patamar de custeio que lhe foi retirado no momento em que mais se necessita dessa proteção, E, pior, em período de pandemia”, complementa.

Já em relação ao discurso neoliberal da tese de contenção dos direitos dos trabalhadores nas empresas dependentes do orçamento público, os dirigentes da FNP frisaram que agências de desenvolvimento, a exemplo da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária (Embrapa) e congêneres regionais, são a base para os bons resultados do agronegócio; ou da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), que cumpre papel de investimentos e integração regional no Nordeste, com crescimento a taxas chinesas nos últimos períodos.

“E há outros exemplos em que um déficit momentâneo dessas estatais concretamente significam o destravamento de projetos estruturantes para a economia nacional e em benefício da iniciativa privada, que, contraditoriamente, tem um setor que mesmo que beneficiado, direta e indiretamente, defende uma austeridade de fato, sem critério racional”, complementou Vinicius Camargo.

Categoria petroleira precisa seguir pressionando a SEST

“É importante continuar a pressão em cima da SEST para que consigamos reverter o custeio da AMS para 70 X 30, bem como a questão da hora extra troca de turno voltar a 100%”, atentou Adaedson Costa, secretário-geral da FNP. Fonte: FNP

PETROBRÁS PUBLICA EDITAL PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS, MAS NÃO ATENDE DEMANDA DE EFETIVO

A Petrobrás publicou no Diário Oficial da União (DOU) edital para concurso, visando o preenchimento de 916 vagas para início imediato e 5.496 para formação do cadastro reserva para o nível técnico de nível médio. As vagas estão distribuídas em sete estados: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Rio Grande do Sul e Pernambuco. As provas estão previstas para serem aplicadas em 24 de março.

Essa é uma demanda antiga do Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista e da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), que foi exigida em mesa de negociação repetidas vezes, mas está longe de suprir a demanda de todo o sistema. As unidades de terra e mar operam com efetivo reduzido há anos, graças às gestões da Petrobrás, desde 2017, período em que o Brasil era “chefiado” por Michel Temer. Nesse interim, ocorreu um desmonte sem precedentes na maior empresa do país, situação que foi reforçada pelo governo Bolsonaro.

Em 2017, por exemplo, houve uma redução de 20% do total do quadro mínimo dos operadores do processo produtivo. Após esse período, foram realizados suces-



sivos Programas de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDVs) e inúmeras aposentadorias, desprogramação e ajustes no Plano de Cargos e Salários (PCR), sem uma reposição adequada da força de trabalho por meio de concursos públicos. Além disso, houve uma terceirização irrestrita em todo o Sistema Petrobrás, que avançou de maneira galopante.

O setor de segurança é um bom exemplo desse processo. Com 60% do efetivo reduzido e aumento das áreas de produção e atuação, essa “conta não fecha”. Em um futuro próximo, a força de trabalho e as instalações estarão totalmente vulneráveis.

A situação do quadro de técnicos de operação não é diferente. No Litoral Paulista, o Terminal da Alemoa, em Santos, Tebar, em São

Sebastião, o Terminal de Píloões e a Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão, e a Unidade de Tratamento de Gás Monteiro Lobato (UT-GCA), em Caraguatatuba, também carecem de reposição de efetivo. Muitas unidades operam abaixo do quadro mínimo, representando um risco enorme para a força de trabalho, as instalações e as comunidades no entorno. A operação não pode garantir a segurança operacional com o quadro reduzido, principalmente em unidades em que os equipamentos estão em severo estado de degradação.

A negligência à segurança tem causado tragédias anunciadas em todo o Brasil. Os crimes ambientais causados pela Vale em Brumadinho e Mariana reforçam a necessidade de se investir mais em

segurança e no efetivo para se evitar e prevenir que outras tragédias aconteçam.

O presidente da Petrobrás, Jean Paul Prates, e o presidente da Transpetro, Sérgio Bacci, afirmaram em reuniões que o principal ativo da companhia são os empregados, sejam eles próprios ou terceirizados. A abertura de concurso é a melhor forma de demonstrar isso na prática já que “palavras o vento leva”.

Concurso para quem quer usar crachá verde

Mesmo diante da oferta limitada de vagas, o Sindipetro indica que os interessados prestem o concurso, mas é crucial que sejam aqueles que defendam a empresa, não os que apoiavam a privatização de todo o Sistema Petrobrás. Para estes últimos, a sugestão é enviar currículos para a Vibra, Mubadala, 3R Petroleum. As empresas privadas exploram a mão de obra, pagando salários extremamente reduzidos, poucos benefícios e sem garantias históricas. Além disso, irão lidar com a imposição de ritmos e metas que aumentam adoecimentos e acidentes com o objetivo de lucrar e repor “caixa”.

Acesse o edital na íntegra em nossa página: www.sindipetro.org.br

2024 SERÁ MARCADO PELAS ELEIÇÕES QUE IRÃO DETERMINAR A NOVA DIRETORIA DO SINDIPETRO-LP PELOS PRÓXIMOS TRÊS ANOS

O ano de 2024 será marcado pela eleição que irá definir os novos representantes dos trabalhadores no Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista. O primeiro passo para o pleito será a escolha da comissão eleitoral que acontece através de assembleia, no dia 07 de fevereiro.

O próximo passo para o processo eleitoral será a publicação do edital de Aviso das Eleições, que será disponibilizado em jornal local e boletim do Sindicato, conforme o Estatuto do Sindipetro-LP determina. A data da publicação será 14 de fevereiro. O prazo

para a inscrição das chapas é de 14 a 20 de fevereiro. A gestão, que toma posse em 1º de junho, comandará a entidade pelos próximos três anos (2024/2027) e poderá ser composta por petroleiros (as) ativos e aposentados (as).

A votação para escolha da diretoria para o triênio acontecerá entre os dias 8 e 26 de abril, somando 19 dias de eleição – conforme exige nosso Estatuto. É importante que os interessados em formar chapa leiam atentamente o estatuto e o regulamento, disponíveis na área restrita

ao associado em nosso site. É possível também ter acesso aos documentos na sede do Sindicato, em Santos, na Secretaria.

É importante salientar que o calendário pode sofrer alterações por determinação da comissão eleitoral. A eleição acontecerá, na sede e subsede, nas dependências da Refinaria Presidente Bernardes e UTE-EZR, Pilões, Alemoa, Edisa Valongo, Tebar, UTG-CA e no Aeroporto de Jacarepaguá.

Desde já, o Sindipetro-LP convoca todos os petroleiros (as) aptos a votar, ativos,

aposentados (as) e pensionistas, a participar do processo eleitoral e ajudar a definir os rumos da entidade pelos próximos anos. Os eleitores devem portar um destes documentos para identificação: carteira de associado do Sindicato (de preferência); carteira funcional ou carteira de identidade.

Por fim, a organização dos trabalhadores é a fronteira final contra a exploração e instrumento necessário por melhorias em condições de trabalho e salários. Participe, entre em contato com um dos nossos diretores!

EM FUNÇÃO DO ATRASO, BOLETOS DO CONVÊNIO DA OSAN SERÃO ENVIADOS COM VENCIMENTO EM 15 DE FEVEREIRO

Os boletos para pagamento do convênio com a Osan dos associados do sindicato sofreram um atraso na emissão e por isso, serão enviados com vencimento dia 15 de fevereiro. Geralmente o vencimento é 15 de janeiro, no entanto, excepcionalmente neste ano, será em fevereiro. Vale ressaltar que o valor do boleto é referente aos 12 meses do ano vigente.

Para quaisquer dúvidas ou informações a nossa assistente social, Pâmela Passos, poderá ser contatada via celular/whatsapp (13)99141-0578 ou pelo telefone (13) 3202 1100. O horário de atendimento é

de segunda a quinta-feira das 9h às 12h e das 14h às 17h e sexta-feira, das 9h às 12h e das 13h às 16h.

A assistência funerária é um benefício gratuito a todos os associados titulares do Sindipetro-LP que solicitarem adesão. Para os dependentes habilitados (cônjuge, filhos solteiros, pai e mãe) o valor anual do plano é de R\$ 84 por pessoa e os demais dependentes R\$ 234 por ano. Vale destacar que embora a assistência funerária esteja disponibilizada para todos os associados titulares do Sindipetro-LP, os interessados em adquirir a cobertura

do plano devem se cadastrar. Para isso, basta preencher e assinar a ficha de adesão, que se encontra em nosso site, juntamente com cópia do RG, CPF e comprovante de residência atualizado e entregar na sede ou subsede do Sindicato ou enviar para o e-mail servicosocial@sindipetrosantos.com.br.

No título do e-mail é necessário informar nome completo. O sócio titular não paga nada pelo benefício, mas precisa solicitar adesão para recebê-lo. A carência para uso dos serviços oferecidos pela Osan é de 1 mês.